

Digníssimo Reitor da Universidade Nova de Lisboa, Exº Bastonário da Ordem dos Médicos, Exº Presidente da Associação Nacional dos Médicos de Saúde Pública, Exº Coordenador do Internato Médico de Saúde Pública da zona sul, estimados mestres, caríssimos colegas e amigos.

Agradeço em nome da Direcção da Escola Nacional de Saúde Pública, o convite honroso para integrar a sessão de abertura deste segundo encontro nacional de médicos internos de saúde pública.

Transmito aos organizadores e aos colegas internos as felicitações da Direcção da Escola por esta iniciativa, reveladora de uma atitude saudável perante a sua escolha de especialização médica, e auspiciosa de vidas profissionais activas e de carreiras médicas prometedoras.

Assumindo o lugar nobre que têm na prática da saúde pública, lugar por direito histórico, por prática recente e actual e por oportunidade existente e reconhecida, cabe aos médicos especialistas em saúde pública corresponder aos desafios actuais, um dos quais, quiçá o mais importante, é o de reencontrar e redefinir o seu lugar e o seu papel no esforço organizado que a sociedade, reiteradamente, faz para proteger e promover a sua saúde. A iniciativa que hoje se nos apresenta e onde nos encontramos não pode deixar de contribuir para esse objectivo.

Se é certo que vivemos numa sociedade global que se transforma rapidamente, é também certo que é dessa mesma sociedade e dessa mesma transformação que emanam, além das necessidades e das exigências, as oportunidades, os meios e os recursos que nos permitem trabalhar na área da saúde pública de forma cada vez mais efectiva. O excelente internato médico de saúde pública existente em Portugal desde

há várias décadas, com organização e programa exemplares e de qualidade reconhecidamente superior, é disso uma prova viva.

A exigência actual é clara: a sociedade, organizada, cada vez mais consciente de que a saúde é um bem colectivo que existe para além da doença, exige vigilância e intervenção atempadas e equitativas, baseadas no melhor conhecimento disponível com a finalidade de melhorar o seu nível de saúde, factor imprescindível ao desenvolvimento de todos os seus elementos.

Veja-se o papel cada vez mais pró-activo que as organizações da denominada sociedade civil têm em problemas concretos, como é o caso da pobreza, da sinistralidade rodoviária, da obesidade, da violência, das dependências, da alimentação e dos estilos de vida, ou da saúde dos imigrantes, entre muitos outros.

Portugal tem, nos resultados de intervenções programadas de saúde pública, alguns dos exemplos de maior sucesso na melhoria do estado de saúde da sua população, na prevenção da doença e na protecção e promoção da saúde.

O caso da saúde infantil, sendo o mais mediático, deve ser reconhecido, também, como indicador de desenvolvimento social. Podemos e devemos, no entanto, referir outros exemplos de intervenções bem sucedidas, algumas injustamente perdidas na bruma de poucas décadas. Intervenções sobre problemas de saúde ligados a factores de exposição ambiental, como a qualidade da água de consumo humano, programas de saúde oral em meio escolar, actividades de “educação para a saúde” entre muitas outras, devem ser lembradas e estudadas, sempre associadas aos

seus responsáveis, mestres com que alguns de nós tivemos o privilégio de aprender.

Recordo Gonçalves Ferreira, que a partir do meu 4º ano de licenciatura em medicina, precisamente na Faculdade de Ciências Médicas da Universidade Nova de Lisboa, trouxe uma forma diferente de olhar a doença, chamando a atenção daquela centena de jovens aspirantes, para que ela acontece e ganha novas formas também na população. Deixando, sobretudo o aviso de que existia vida para além do que pensávamos e aprendíamos afincadamente sobre a doença e que essa vida também se chamava saúde.

Outros o precederam que não tive o privilégio de conhecer, os nomes vós os sabeis melhor do que eu, refiro apenas Arnaldo Sampaio e Coriolano Ferreira pelo papel determinante nas alterações do sistema de saúde da segunda metade do século passado.

Muitos outros os seguiram, alguns ainda presentes, mesmo nesta sala. Com eles muito aprendemos, quase todos figuras vivas na Escola Nacional de Saúde Pública, por onde as gerações actuais de médicos de saúde pública passaram e aprenderam. Perdoem-me por não mencionar os seus nomes. São fruto de uma época de ouro e nenhum merece ser olvidado.

Mas, como todos sabemos, os problemas não terminaram, são diversos: novos ou recorrentes, controlados ou não, com outras guisas ou mostrando a mesma face. Conhecem-se mais dos factores a eles associados, que não das suas causas absolutas. São múltiplos, têm origens diferentes, e implicam interesses de diferentes sectores da sociedade. Por

isso carecem, inevitavelmente, de intervenções complexas. Os determinantes sociais, sempre suspeitados, vêm actualmente reconhecido o seu papel fundamental na melhoria do estado de saúde das populações e trazem para a liça, também, as questões políticas, em todos os sectores.

Não é assim de estranhar que em todos os exemplos de intervenções de sucesso e em todos os problemas que carecem ainda de intervenção, o médico especialista em saúde pública não esteja, não possa, nem deva estar, só. Outros colegas e outros profissionais o acompanham desde há longa data, outros se lhe juntaram já no percurso e outros se lhe juntarão certamente no futuro.

Refira-se, por que próxima e justa, a atenção que a profissão de enfermagem presta, desde há alguns anos, de novo, à especialização em enfermagem comunitária, com adesão e interesse significativos em diversas escolas do país. Os frutos serão, certamente, interessantes e breves. Talvez do mesmo quilate dos frutos decorrentes da implementação consistente e continuada do programa nacional de vacinação, onde enfermeiros e médicos, lado a lado, merecem reconhecimento impar.

Dir-me-ão que este trabalho em equipa é reconhecido pelo médico desde o seu período de formação pré-graduada. Certamente que sim, mas a população, permanentemente presente, esse objecto dos cuidados de saúde pública, tem especificidades diferentes, carece de abordagens e de metodologias especializadas que não são apenas aquelas que o médico adquire na sua formação de base. O objecto social é maior do que a soma dos seus elementos e a vida que o perpassa é também diferente e ainda pouco conhecida.

Sabemos hoje aquilo que a medicina sabe e utiliza há décadas: que não basta conhecer a anatomia, nem a fisiologia, deve conhecer-se, também, a fisiopatologia, se me permitem tal comparação que peca, talvez, por inadequada, certamente, por incompleta; mas a prevenção, a terapêutica e o prognóstico disso dependem.

Tal tem sido reconhecido por colegas de muitas outras especialidades médicas que, em número cada vez maior, procuram nas abordagens populacionais vias potenciadoras do interesse que cultivam e do âmbito dos cuidados que prestam. Não foi, talvez, por acaso que Gonçalves Ferreira se nos apresentou acompanhado nas suas aulas de Saúde Pública por Sampaio Faria, médico da área da saúde mental, com experiência de dimensão populacional europeia.

O exemplo da especialidade de cardiologia, personificado no Professor Fernando Pádua, hoje replicado e frutificado, não pode ser esquecido, tal como não podem ser esquecidos os exemplos das especialidades de pediatria e de obstetrícia, cruciais nos ganhos admiráveis obtidos em saúde infantil. Outros exemplos poderia referir.

Ao manter da formação pré-graduada e da prática clínica a sensibilidade única para o sofrimento humano, além de todo o conhecimento e competências gerais em medicina, o médico especialista em saúde pública, vê-se confrontado com a necessidade inultrapassável de conhecimento e competências específicas, sólidas e adequadas que lhe permitam abordar e intervir de forma científica, responsável e partilhada sobre a saúde da população que toma a seu cuidado.

Actualmente na sua 47ª edição, o curso de especialização em saúde pública é um dos mais antigos de entre os ministrados pela Escola Nacional de Saúde Pública. Este curso tem marcado a formação pós graduada de centenas de médicos na fase inicial, crítica, da sua especialização em saúde pública, integrando um dos anos do internato médico de saúde pública.

Fazendo amplo uso dos seus recursos, a Escola fornece ao internos formação em áreas nucleares tão importantes como as de políticas e administração de saúde, epidemiologia e bio-estatística, saúde ocupacional e saúde ambiental, economia da saúde e gestão das organizações, entre outras, além de um espaço privilegiado de reflexão e estudo, mas também de interacção com colegas mais velhos e com outros profissionais em formação.

É, assim, com enorme interesse e responsabilidade que a Escola Nacional de Saúde Pública vê os médicos mais jovens, consciente do seu contributo para a formação durante o internato médico de saúde pública, mas também durante a actualização e a formação ao longo da vida profissional, oportunidade que, desejavelmente, todos deverão ter.

Atenta aos desenvolvimentos da sociedade, em especial no sector da saúde, a Escola não esquece, ainda, o papel obrigatório que o médico, em especial o de saúde pública, deve ter na colocação e na manutenção das questões de saúde da população nas agendas sociais e políticas, independentemente dos factores de contexto que as possam sombrear.

Na sua missão, a Escola continuará a tentar oferecer aos médicos, em todas as fases da sua formação e vida profissional, um espaço nobre e

único para actualização, treino e formação em áreas metodológicas e em áreas substantivas relevantes para a saúde pública, mantendo a maior ligação possível aos serviços e à comunidade, assim como a todos os outros cenários onde o médico possa exercer as suas competências como especialista, como médico e como cidadão.

Muito Obrigado